



NARRATIVAS POTENTES DE CORPOS DISSIDENTES COM DEFICIÊNCIA: ESCUTAS SENSÍVEIS E ESCRITAS INTERSECCIONAIS À LUZ DA TEORIA CRIP

Autora: Daniela Alves de Lima Barbosa

Filiação Institucional: Universidade de São Paulo

Email: daniela_barbosa@usp.br

RESUMO: Este trabalho constitui um recorte da pesquisa em desenvolvimento no âmbito da tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo (USP). Seu objetivo central é realizar uma escuta sensível de histórias de vida de pessoas cujos corpos dissidentes são atravessados pelo marcador social da deficiência. Trata-se de uma análise que emerge da urgência de desvelar as múltiplas camadas de tentativas de invisibilidade e subalternização que recaem sobre esses corpos, cujas narrativas têm sido historicamente silenciadas ou deslegitimadas pelos cânones epistêmicos da universidade e por estruturas normativas de poder. A pesquisa está ancorada na Teoria Crip, que oferece uma lente crítica para tensionar os regimes de normalidade corporal, e para desnaturalizar as formas pelas quais o capacitismo, enquanto dispositivo de poder, opera na produção de vidas consideradas abjetas, inviáveis ou matáveis. A Teoria Crip permite articular uma crítica interseccional que considera as imbricações entre deficiência, gênero, sexualidade, raça, classe, e outras formas de opressão, trazendo à tona o caráter político e insurgente dessas existências. Metodologicamente, a pesquisa se vale da História Oral e da Carta-Grafia como ferramentas de produção de conhecimento sensível e situada, capazes de acolher e amplificar as vozes de sujeitos que foram historicamente colocados à margem dos discursos oficiais. A partir dessas metodologias, busca-se produzir uma escuta afetiva e sensível, que reconheça a potência das narrativas dissidentes como formas legítimas de saber e de resistência. Diante disso, este trabalho propõe tensionar essas

estruturas de poder, provocando reflexões que desafiem a lógica da opressão dos corpos e valorizem a complexidade das existências interseccionais, afinal, os seres humanos não se constituem de forma única ou linear; são atravessados por múltiplas dimensões identitárias e sociais que configuram modos singulares de ser e estar no mundo. É neste ponto de encontro confluyente entre escuta, escrita e Teoria Crip que esta pesquisa se inscreve, como gesto afetivo e político de desobediência epistemológica e afirmação de vidas dissidentes e existências múltiplas.

Palavras-Chave: Capacitismo; Corpo, Deficiência; Teoria Crip.

A intersseccionalidade das existências à luz da Teoria Crip

A intersecção entre deficiência, gênero, sexualidade, corpo, memória, necropolítica e biopoder é propositalmente silenciada em uma sociedade estruturada por um imaginário cisheteronormativo, capacitista e colonial. Como aponta Achille Mbembe (2018), os corpos dissidentes são alvo de uma necropolítica estatal que opera sob a lógica do descartável e da morte, em consonância com os dispositivos de biopoder descritos por Foucault (2012). É precisamente nesse ponto que a Teoria Crip se mostra fundamental: ela desafia os alicerces epistemológicos e políticos que sustentam a exclusão e o apagamento de corpos que não se encaixam nos parâmetros normativos de existência:

A Teoria Crip defende um modelo cultural da deficiência que rejeita a ideia de que não ter uma deficiência seja um estado ou dado natural de todo ser humano. O termo crip, ou aleijado, assim como o queer, carrega um sentido propositalmente pejorativo, simbolizando o movimento de insurgência e as contranarrativas das pessoas com deficiência, demarcando a importância do engajamento aleijado contra as práticas de normalização de corpos por meio da crítica aos sistemas neoliberais de opressão marcados pela corponormatividade, no qual o patriarcado, a branquitude, o classismo e a cisheteronormatividade estão implicados (McRUER, 2024, p.9).

Diante disso, a pesquisa propõe tensionar essas estruturas, provocando reflexões que desafiem a lógica da homogeneização dos sujeitos e valorizem a complexidade das existências interseccionais. Afinal, os seres humanos não se constituem de forma única ou linear, pois são atravessados por múltiplas

dimensões identitárias e sociais que configuram modos singulares de ser e estar no mundo.

É neste ponto de encontro entre escuta, escrita e Teoria Crip que esta pesquisa se inscreve, como ação ética, afetiva e política de desobediência epistemológica e afirmação de vidas dissidentes.

A deficiência constitui um marcador social que atravessa minha história desde a infância, configurando-se como um elemento estruturante das minhas experiências, reflexões e inquietações. Cresci como filha primogênita de uma mãe solo, trabalhadora doméstica e mulher com visão monocular, uma condição que, para além de suas implicações físicas, evidenciou-se como lócus de múltiplas violências, exclusões e opressões. O cotidiano compartilhado com minha mãe, permeado por estigmas e tentativas de invisibilidade social, tornou-se um espaço de aprendizado sensível e de elaboração política sobre os atravessamentos entre classe, gênero, deficiência e marginalização sobre aquele corpo insurgente.

Essa vivência constituiu uma espécie de saber político, uma expertise cotidiana que, mais tarde, encontrou forças e possibilidade de resignificação no campo acadêmico, especialmente a partir do meu ingresso na graduação e, posteriormente, durante as formações *latu sensu* e *stricto sensu*. Foi nesse percurso formativo que pude compreender com maior profundidade os dispositivos de exclusão que operam sobre corpos dissidentes, e reconhecer essas experiências como epistemologias situadas e potentes, capazes de produzir conhecimento e tensionar as estruturas normativas da ciência e da sociedade.

Na Teoria Crip encontrei uma ferramenta teórica e política para compreender que essas vivências não são apenas experiências individuais, mas parte de uma estrutura mais ampla de opressão e normatização dos corpos. Ela tem sido fundamental durante este percurso para deslocar o olhar da deficiência como condição biomédica ou mesmo condição individual, para compreendê-la como uma construção social profundamente imbricada em relações de poder, controle e disciplinamento dos corpos.

Ao lado de outras categorias de análise que venho me debruçando na pesquisa, como a interseccionalidade, a necropolítica e o capacitismo, a teoria alijada da Teoria Crip contribui para reconhecer a potência política das

experiências dissidentes, como as de minha mãe, enquanto formas legítimas de produção de conhecimento e forma potente de ser e estar no mundo.

Assim, o objetivo central da pesquisa será realizar uma escuta sensível de histórias de vida de pessoas cujos corpos dissidentes também são atravessados pelo marcador social da deficiência. Tal estudo está me possibilitando refletir sobre o contexto das tentativas de invisibilidades e subalternizações sobre as quais estes corpos estão inseridos, desnudando a potência de suas narrativas.

A proposta situa-se na discussão entre deficiência, gênero e capacitismo à luz da Teoria Crip, sem desconsiderar os outros marcadores sociais da diferença, tecendo como ponto principal de reflexão o entrelaçamento entre minha experiência pessoal, acadêmica e as escutas sensíveis das pessoas colaboradoras da pesquisa e suas histórias de vida, as quais muitas vezes foram negadas pelos cânones da universidade.

Caminhos Metodológicos

A pesquisa em andamento adota como alicerce metodológico a História Oral e a Carta-Grafia, em uma proposta que articula escuta sensível, produção de memória e escrita afetiva como ferramentas de resistência epistemológica. Inspirada por uma abordagem ética, afetiva, política e interseccional, a pesquisa busca construir encontros plurais com sujeitos cujos corpos e trajetórias são atravessados por dissidências, ampliando os modos de narrar e legitimar esses saberes historicamente subalternizados.

O envio e recebimento de cartas por meio do serviço tradicional dos correios constitui, aqui, um gesto insurgente: trata-se de tensionar as lógicas da comunicação imediatista e performativa das redes digitais e, ao mesmo tempo, de criar um espaço cuidadoso para que as narrativas possam emergir com densidade, silêncio, pausa e afeto.

Até o momento, foram realizadas duas entrevistas: a primeira com uma pessoa homoafetiva de 60 anos, artista drag queen e com deficiência física. A segunda com um homem cisgênero, negro, periférico e autista, que ingressou no curso de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais aos 38 anos de idade. Ambas as histórias, em suas singularidades, revelam as complexas

intersecções entre capacitismo, raça, gênero, classe, sexualidade e acesso ao conhecimento formal, apontando para formas múltiplas de exclusão, mas também de resistência e insurgências no mundo.

A pesquisa prevê ainda a escuta de histórias de vida de sete outras pessoas, cujas experiências ampliam o escopo interseccional da escuta sensível: uma mulher transexual, uma pessoa em situação de rua, uma pessoa indígena, uma pessoa assexuada, uma pessoa não binária, uma mulher cisgênera e uma pessoa intersexo.

O critério de seleção dos colaboradores está orientado não por categorias fixas de identidade, mas por marcadores sociais que atravessam seus corpos e histórias de vida de maneira interseccional. A escuta dessas narrativas buscará evidenciar não apenas as violências estruturais a que estão submetidas, mas também as potências que emergem de suas narrativas.

Ao adotar a História Oral como metodologia central, a pesquisa se ancora na escuta como prática política e epistemológica, entendendo as narrativas de vida não como registros passivos do passado, mas como territórios vivos de memória, afeto, resistência e produção de saber. A História Oral, conforme nos ensinam Alessandro Portelli (1997) e Verena Alberti (2004), valoriza as subjetividades, os silêncios, os afetos e as contradições como dimensões legítimas da experiência humana.

A Carta-Grafia, por sua vez, se constitui como uma estratégia metodológica sensível que aposta na escrita como gesto de presença, afeto e escrita não acadêmica, operando como modo afetivo de escuta, cuidado e disposição para o encontro (entrevista).

Ao utilizar a História Oral e a Carta-Grafia como métodos de pesquisa, proponho a construção de um processo dialógico de escuta sensível, fundamentado na horizontalidade das relações e no reconhecimento das histórias de vida.

Trata-se de instaurar um diálogo com as pessoas colaboradoras da pesquisa, reconhecendo suas vozes como produtoras de conhecimento, suas memórias como formas legítimas de historicidade e suas experiências como expressões políticas e subjetivas. A partir das contribuições de Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2021), minha orientadora, compreendi que o tema precisa de um aprofundamento epistemológico, interdisciplinar e interseccional, pois,

como ela situa: “não é sobre dar voz a grupos e indivíduos considerados silenciados historicamente: os chamados subalternizados, mas falar com eles, e não por eles” (ROVAI, 2021).

Dessa forma, as metodologias adotadas não se propõem apenas a colher dados, escutar histórias, mas a produzir encontros entre corpos, vozes, escritas e silêncios, os quais afirmem o direito à existência fora da norma. É nesse espaço de escuta sensível, de escrita afetiva e de desobediência epistêmica que esta pesquisa se inscreve.

Considerações Finais

O entrelaçamento entre História Oral e Carta-Grafia, sob uma lente interseccional da Teoria Crip, permite não apenas ouvir e registrar histórias, mas construir espaços de enunciação em que as histórias de vida dos colaboradores possam emergir sem a necessidade de se adequar aos moldes do poder hegemônico. O que se pretende com a pesquisa não é apenas conhecer as experiências das pessoas cujos corpos dissidentes também são atravessados pelo marcador social da deficiência, mas deslocar as próprias formas de produzir conhecimento e repensar o lugar da pesquisa acadêmica como espaço de escuta sensível, de afeto, de cuidado e desobediência epistêmica.

O hiato existente na produção acadêmica sobre a intersecção entre deficiência, corpo dissidente e os múltiplos marcadores sociais da diferença, somados às minhas experiências pessoais e profissionais, constitui o ponto de partida e o impulso político que esta pesquisa apresenta. Diante de um contexto marcado por exclusões sistemáticas e tentativas de invisibilidades estruturais, torna-se urgente mobilizar pesquisas que tencionem os modos como corpos dissidentes com deficiência são historicamente posicionados à margem dos discursos hegemônicos, tanto na sociedade quanto na universidade.

A partir da Teoria Crip, esta pesquisa busca não apenas visibilizar essas existências, mas desestabilizar as normas hegemônicas que operam na produção do capacitismo enquanto poder. Como propõe McRuer (2024), pensar com uma perspectiva crip é desnaturalizar a lógica da deficiência como

desvio a ser corrigido, e compreendê-la, ao contrário, como parte constitutiva da diversidade humana, com seus próprios modos de ser, saber e existir no mundo.

O reconhecimento dessas vidas como produtoras de conhecimento, detentoras de histórias potentes não é apenas um ato acadêmico, mas um compromisso político com a descolonização dos saberes e a reconstrução de epistemologias mais plurais e inclusivas.

Acredita-se, portanto, que este estudo possa não apenas provocar deslocamentos teóricos, mas também fomentar novos questionamentos e inspirar futuras pesquisas que se disponham a repensar a forma como compreendemos e nos relacionamos com os corpos dissidentes com deficiência em uma sociedade estruturada por múltiplas formas de opressão.

Agradecimentos

Agradeço, com profunda admiração e respeito, à minha orientadora, Prof^a Dr^a Marta Gouveia de Oliveira Rovai, por sua escuta generosa e sensível, por sua orientação comprometida, acolhedora e pela sensibilidade ética e profissional com que tem me acompanhado em cada etapa desta pesquisa. Sua orientação está me proporcionando alinhar cada pedacinho da escrita.

Estendo também minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo, por oferecer um espaço fecundo para a construção de saberes plurais, insurgentes e comprometidos com a dignidade humana, e por acolher esta pesquisa que se inscreve nos atravessamentos entre corpo, memória, dissidência e resistência.

Referências

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência de quem viveu. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FOCAULT. Michel. **Poder** - Corpo. In: Microfísica do poder. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

McRUER, Robert. **Teoria Crip**: Signos culturais entre o queer e a deficiência. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens Edições, 2024.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, 1997.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Escutas Sensíveis, vozes potentes**: diálogos com mulheres que nos transformam. Teresina: Cancioneiro, 2021.